

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 3456/2018-PGJ, DE 15.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Convocar os membros abaixo relacionados para participarem do *Workshop* “A atuação do Ministério Público no Tribunal do Júri”, a realizar-se nos dias 18 e 19.10.2018, no Auditório Dr. Nereu Aristides Marques, na sede do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, em Campo Grande - MS.

- Adriano Barrozo da Silva
- Alexandre Magno Benites de Lacerda
- Aline Mendes Franco Lopes
- Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro
- Antenor Ferreira de Rezende Neto
- Antonio Siufi Neto
- Bianka Machado Arruda Mendes
- Bolivar Luis da Costa Vieira
- Cínthia Giselle Gonçalves Latorraca
- Claudio Rogerio Ferreira Gomes
- Daniel do Nascimento Britto
- Daniela Cristina Guiotti
- Daniella Costa da Silva
- Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos
- Edival Goulart Quirino
- Elcio Felix D'Angelo
- Fabio Adalberto Cardoso de Moraes
- Fabricio Secafen Mingati
- Felipe Almeida Marques
- Fernando Jamusse
- George Zarour Cezar
- Gilberto Carlos Altheman Júnior
- Gustavo Henrique Bertocco de Souza
- Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo
- João Meneghini Girelli
- Juliana Pellegrino Vieira
- Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto
- Lenize Martins Lunardi Pedreira
- Leonardo Dumont Palmerston
- Lívia Carla Guadanhim Bariani
- Luciana do Amaral Rabelo
- Luciano Anechini Lara Leite
- Ludmila de Paula Castro Silva
- Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro
- Marcos André Sant'Ana Cardoso
- Marcos Roberto Dietz
- Mariana Sleiman Gomes
- Mateus Sleiman Castriani Quirino
- Matheus Macedo Cartapatti
- Matheus Carim Bucker
- Moisés Casarotto
- Paulo Henrique Mendonca de Freitas

- Pedro de Oliveira Magalhães
- Radamés de Almeida Domingos
- Romão Avila Milhan Junior
- Simone Almada Goes
- Talita Zoccolaro Papa Muritiba
- Victor Leonardo de Miranda Taveira
- Wilson Canci Junior

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N. 22/CGMP/2018

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Às autoridades judiciárias e policiais, bem como aos senhores Advogados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e público em geral, que o Corregedor-Geral do Ministério Público realizará visita correcional nas Promotorias de Justiça conforme quadro abaixo:

DATA DA VISITA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
25 e 26.10.2018	1ªPJ Ponta Porã
25 e 26.10.2018	2ªPJ Ponta Porã
25 e 26.10.2018	3ªPJ Ponta Porã
25 e 26.10.2018	4ªPJ Ponta Porã
25 e 26.10.2018	5ªPJ Ponta Porã

Campo Grande, 15 de outubro de 2018.

MARCOS ANTÔNIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

ESCOLA SUPERIOR

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 009/GED/2018

Extrato do Convênio nº 009/GED/2018 celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Ajunto de Justiça Administrativo Helton Fonseca Bernardes e a FACULDADES INTEGRADAS DE RONDONÓPOLIS - FAIR, neste ato representado pelo Diretor Administrativo Sr. Arthur de Lima Lira.

Processo: PGJ/10/3758/2018.

Objeto: concessão de estágio obrigatório e não-obrigatório pelo Ministério Público Estadual aos estudantes regularmente matriculados e com efetiva frequência nos Cursos da Faculdades Integradas de Rondonópolis.

Vigência: 02 (dois) anos a partir da data da assinatura.

Assinatura: 05 de setembro de 2018.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 010/GED/2018

Extrato do Convênio nº 010/GED/2018 celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Ajunto de Justiça Administrativo Helton Fonseca Bernardes e o INSTITUTO SOUZA LTDA ME, neste ato representado pelo Diretor Marcos Alexandre de Souza.

Processo: PGJ/10/3756/2018.

Objeto: concessão de estágio obrigatório e não-obrigatório pelo Ministério Público Estadual aos estudantes regularmente matriculados e com efetiva frequência nos Cursos do Instituto Souza.

Vigência: 02 (dois) anos a partir da data da assinatura.

Assinatura: 1º de outubro de 2018.

EDITAL Nº 014/PJAP/2018.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das PROMOTORIAS DE JUSTIÇA da Comarca de APARECIDA DO TABOADO, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no DJ. Nº 2.247, de 30.7.2010 e Resolução nº 42, de 16 de junho de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, e de acordo com as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18.1.1994, alterada pela Lei nº 133, de 15 de abril de 2009, tendo em vista que a candidata ANA PAULA ULIAN apresentou termo de desistência formal de sua vaga, torna pública a **CONVOCAÇÃO** da candidata **MARINA ROSSI DE QUEIROZ**, aprovada em 9º lugar, no Processo Seletivo constante do Edital nº 001/PJAP/2017, homologado em 18 de dezembro de 2017 e publicado no DOMP-MS nº 1646, p.15, para apresentação da documentação anexa (Art. 31 § 1º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação oficial deste.

Aparecida do Taboado, 15 de outubro de 2018.

JERUSA ARAÚJO JUNQUEIRA QUIRINO
Promotora de Justiça

OSCAR DE ALMEIDA BESSA FILHO
Promotor de Justiça

LISTA DE DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO

- I – Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- II – declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de ensino, que informe o ano letivo/turno/semestre/número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (Não será aceito documento que não tenha todas essas informações);
- III – atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- IV – certidão de inexistência de antecedentes criminais;
- V – declaração pessoal de ausência de impedimentos previstos no art. 19 da Resolução 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP; arts. 42 e 50 Resolução nº 15/2010-PGJ,
- VI – declaração pessoal de não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
- VII – atestado de exame ABO-RH;
- VIII – número da agência e da conta corrente do Banco do Brasil (exceto poupança);
- IX – 2 fotografias coloridas 3x4 recentes, e 01 fotografia 2x2 ;
- X – Ficha de cadastro (disponível no link do CEAf) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/PGJ/2018

UASG 453860

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 3/PGJ/2018 (Processo nº PGJ/10/3134/2018).

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de licenças de software *Microsoft Windows Server Standard* 2016 ou superior (*Software Assurance*), com garantia de suporte e atualização pelo período mínimo de 36 meses, para atender o Ministério Público Estadual

- Abertura das propostas: dia 29 de outubro de 2018, às 15 horas (horário oficial de Brasília).

- Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 16 de outubro de 2018, por meio do endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou ainda na sala de licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 09 às 12 horas e das 14 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 03/10/2018:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Equipe de Apoio: Cleber do Nascimento Gimenez e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;
- Suplente do Pregoeiro: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz;
- Suplentes da Equipe de Apoio: Emerval Carmona Gomes e Lygia Mara Rosa da Silva Moraes.
- Fiscalização Contratual: Secretaria de Administração/PGJ e Secretaria de Tecnologia da Informação/PGJ.

Campo Grande, 15 de outubro de 2018.

Hermes Alencar de Lima

Pregoeiro/PGJ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/PGJ/2018 – PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1.714, DE 16 DE ABRIL DE 2018 (PÁGINA 90) E REPUBLICADA NO DOM-MS Nº 1.714, DE 16 DE JULHO DE 2018 (PÁGINA 19) - REPÚBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/PGJ/2018 – SRP

DO OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de água mineral (galão com 20 litros), para atender às Promotorias de Justiça da Comarca de Dourados/MS, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Água mineral, não-gasosa, galão, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafão plástico transparente (reposição) com 20 (vinte) litros. Marca: Santa Inês. Empresa vencedora: COMERCIAL S.B.S. EIRELI.	un.	1500	11,19

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS)

DATA DE ASSINATURA: 11 de abril de 2018.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/PGJ/2017, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1651 DE 11 DE JANEIRO DE 2018 (PÁGINAS 16 A 19) E REPUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1.711 DE 11 DE ABRIL DE 2018 (PÁGINAS 5 A 8) E NO DOMP-MS Nº 1.773 DE 12 DE JULHO DE 2018 (PÁGINAS 33 A 36) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/PGJ/2017

DO OBJETO: Registro de preços unitários, para eventual aquisição de materiais de expediente (etiquetas, extrator de grampos, fita adesiva grampos, papel sulfite, etc.), conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Etiqueta branca, autoadesiva, para impressoras INK JET e LASER medindo 279,4x215,9mm, sendo 1 etiqueta por folha, com no máximo 25 folhas por envelope. Validade mínima de 6 meses. Marcas de referência: Pimaco, Maxprint ou Hardcopy. Marca: Hardcopy Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	env.	200	8,40
2	Etiqueta branca, autoadesiva, alta alvura, para impressoras INK JET e LASER, tamanho 138,11x106,36mm, com 25 folhas por envelope, 04 etiquetas por folha, envelope com 100 etiquetas. Validade mínima de 6 meses. Marcas de referência: Pimaco, Maxprint ou Hardcopy. Marca: Hardcopy Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	env.	500	7,90
3	Etiqueta branca, autoadesiva, alta alvura, para impressoras INK JET e LASER, tamanho 138,11x103,36mm, com 25 folhas por envelope, 04 etiquetas por folha, envelope com 100 etiquetas. Validade mínima de 6 meses. Marcas de referência: Pimaco, Maxprint ou Hardcopy. Marca: Hardcopy Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	env.	1.000	9,20
4	Etiqueta branca, autoadesiva, alta alvura, para impressoras INK JET e LASER, tamanho 138,11x212,73mm, com 25 folhas por envelope, 02 etiquetas por folha, envelope com 50 etiquetas. Validade mínima de 6 meses. Marcas de referência: Pimaco, Maxprint ou Hardcopy. Marca: Hardcopy Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	env.	1.500	8,39
5	Extrator de grampos, tipo espátula, em aço inox, medindo aproximadamente 15,00cm de comprimento (admitindo-se 2cm para mais ou para menos). Marcas de referência: ACC, Bachhi, Carbex, Carbrink e Japan Stamp. Marca: Japan Stamp Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	un.	1.000	0,92
6	Fita adesiva de filme de polipropileno biorientado, marrom, adesivo à base de resina e borracha sintética, medindo aproximadamente 45mm de largura (admitindo-se 2mm para mais ou para menos) e no mínimo 45m de comprimento. Marcas de referência: 3M Scotch, Adere e Adelbrás. Marca: Adere Empresa vencedora: ART VIDEO EIRELI- EPP	un.	2.000	2,18
7	Fita adesiva de filme de polipropileno biorientado, transparente, adesivo à base de resina e borracha sintética, medindo aproximadamente 45mm de largura (admitindo-se 2mm para mais ou para menos) e no mínimo 45m de comprimento. Marcas de referência: 3M Scotch, Adere e Adelbrás. Marca: Adere Empresa vencedora: I.A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA LTDA. - EPP	un.	2.000	1,86
8	Fita adesiva, invisível, composta de filme de acetato e adesivo acrílico rolo com aproximadamente 12mm (admitindo-se 2mm para mais ou para menos) e no mínimo 33m de comprimento. Marcas de referência: 3M Scotch, Adere e Adelbrás. Marca: Adere Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP	un.	500	0,70

9	Fita adesiva, silver tape, cor prata, medidas aproximadas 48mm de largura (admitindo-se 2mm para mais ou para menos) e no mínimo 20m de comprimento. Marcas de referência: 3M Scotch, Adere e Adelbrás. Marca: _____.	un.	50	Não registrado
10	Fita crepe, composta de papel crepado tratado e adesivo à base de resina de borracha, medindo aproximadamente 19mm de largura (admitindo-se 2mm para mais ou para menos) e no mínimo 48m de comprimento. Marcas de referência: 3M Scotch, Adere e Adelbrás. Marca: Adere Empresa vencedora: ART VIDEO EIRELI- EPP	un.	300	2,20
11	Grampeador em metal, base plástica ou emborrachada, para grampo 26/6, medindo aproximadamente 20cm de comprimento x 9,0cm de altura x 5,0cm de largura (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), cor preta. Marcas de referência: Maxprint, Cis, Tilibra Maped e Rapid. Marca: Cis Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP	un.	900	18,00
12	Grampeador em metal, base plástica ou emborrachada, para grampo 26/6, medindo aproximadamente, 14cm de comprimento x 4,5cm de altura x 4,0cm de largura (admitindo-se 2 cm para mais ou para menos), cor preta. Marcas de referência: Maxprint, Cis, Tilibra Maped e Rapid. Marca: Max Print Empresa vencedora: I.A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA LTDA. - EPP	un.	600	5,65
13	Grampeador semi-industrial, confeccionado em aço, com regulador para grampos de 23/6 até 23/24, base revestida em PVC ou emborrachada, medindo no mínimo 27,0cm de comprimento, capacidade para grampear até 240 folhas de papel de 75 g/m² de uma só vez. Marcas de referência: Cis, Rapid e Eagle. Marca: Eagle Empresa vencedora: I.A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA LTDA. - EPP	un.	250	97,00
14	Grampo 26/6, fabricado com arame de aço cobreado, tratamento antiferrugem, caixa com 5.000 unidades. Marcas de referência: ACC, Adeck, Rapid e Bacchi. Marca: Bacchi Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP	cx.	500	3,00
15	Grampo trilho, niquelado, pontas arredondadas, para encadernação, 80mm, caixa com 50 unidades. Marcas de referência: ACC, Bacchi, Clips New e Dello. Marca: Bacchi Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP	cx.	600	6,10
16	Papel sulfite, branco, alta alvura, formato A4 (210x297mm), gramatura de 75g/m², embalagem em papel plastificado, resistente à umidade, certificação ambiental FSC ou CERFLOR, caixa com 10 resmas. Marcas de referência: HP, Report, Copimax, Chamex e Ripax. Marca: COPIMAX Empresa vencedora: ART VIDEO EIRELI- EPP	cx.	2.000	188,00
17	Pasta AZ, capa em papelão plastificado, cor tigrada ou preta, tamanho ofício, lombo estreito, medindo 34cm de altura x 28,0cm largura x 6,0cm espessura da lombada (admitindo-se 1cm para mais ou para menos), com 2 argolas fixas de metal na contracapa, identificador em material plástico na lateral externa. Marcas de referência: Frama, Eagle e Dello. Marca: Frama Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP	un.	600	7,00
18	Pasta AZ, capa em papelão plastificado, cor tigrada ou preta, tamanho ofício, lombo largo, medindo 34,5cm de altura x 28,0cm largura x 8,0cm espessura da lombada (admitindo-se 1cm para mais ou para menos), com 2 argolas fixas de metal na contracapa, identificador em material plástico na lateral externa. Marcas de referência: Frama, Eagle e Dello. Marca: Frama Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP	un.	1.500	7,00
19	Pasta em material plástico transparente, com 3 abas internas e elástico nas extremidades, medindo aproximadamente 34 x 23cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos). Marcas de referência: Polycart, Polibrás, ACP e DAC. Marca: ACP Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP	un.	500	1,00
20	Pasta em papelão, plastificada externamente, com 3 abas internas e elástico nas extremidades, medindo aproximadamente 34x23cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), na cor vermelha. Marcas de referência: Dello, Polycart e Marcari. Marca: Polycart Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP	un.	1.000	1,10

21	Pasta em papelão, plastificada, com grampo trilho metálico, medindo aproximadamente 34 x 23cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), na cor vermelha. Marcas de referência: Dello, Polycart e Marcari. Marca: Polycart Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	un.	1.500	0,95
22	Pasta para dedo (Molha dedo), em creme, contendo ácido graxo, glicóis e essência, embalagem pesando aproximadamente 12g, não tóxico. Marcas de referência: Central, Acrimet, Radex e Cis. Marca: Radex Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	un.	1.500	1,24
23	Pasta suspensa em material plástico, cor fumê, com visor, etiqueta, grampo plástico e haste plástica, medindo aproximadamente 37cm x 24cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos). Marca de referência: Polycart, Polibrás Dello, e ACP. Marca: ACP Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	un.	1.000	1,72
24	Percevejo latonado, fabricado em chapa de aço com tratamento antiferrugem, embalagem com 100 peças. Marcas de referência: ACC, Jocar Office, Bacchi. Marca: Jocar Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	emb.	50	1,80
25	Perfurador para papel, de ferro, com pintura esmaltada na cor preta ou prata, com porta resíduos na base, em material plástico ou emborrachado, capacidade para perfurar de uma só vez até 10 folhas de papel sulfite com 75g/m², com 1 ano de garantia contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Grampline, Central, Maped e Tilibra. Marca: Grampline Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	un.	500	4,99
26	Perfurador para papel, de ferro, com pintura esmaltada na cor preta, com porta resíduos na base, em material plástico ou emborrachado, medindo aproximadamente 15 cm de largura x 10 cm x 6 cm (admitindo-se 2 cm para mais ou para menos), com capacidade para perfurar de uma só vez até 40 folhas de papel sulfite com 75g/m², com 1 ano de garantia contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Grampline, Central, Maped, Tilibra. Marca: Tilibra Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	un.	500	33,25
27	Perfurador, semi-industrial, em ferro fundido, pintura martelada, porta resíduos em PVC na base, capacidade para perfurar até 60 folhas ou 5,0mm de papel 75g/m2 de uma só vez. Garantia mínima de 1 (um) ano de garantia contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Grampline, Central, Maped, Tilibra. Marca: _____.	un.	50	Não registrado
28	Pincel atômico, composto de álcool e corantes, podendo ser reabastecido, cor azul, corpo em material plástico com tampa na cor da tinta, secagem rápida, medindo aproximadamente 11cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), ponta arredondada. Marcas de referência: Pilot, Faber Castell, Maxprint e Compactor. Marca: Maxprint Empresa vencedora: I.A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA LTDA. - EPP	un.	500	1,31
29	Pincel atômico, composto de álcool e corantes, podendo ser reabastecido, cor preta, corpo em material plástico com tampa na cor da tinta, secagem rápida, medindo aproximadamente 11cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), ponta arredondada. Marcas de referência: Pilot, Faber Castell, Maxprint e Compactor. Marca: Maxprint Empresa vencedora: I.A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA LTDA. - EPP	un.	500	1,31
30	Pincel atômico, composto de álcool e corantes, podendo ser reabastecido, cor vermelha, corpo em material plástico com tampa na cor da tinta, secagem rápida, medindo aproximadamente 11cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), ponta arredondada. Marcas de referência: Pilot, Faber Castell, Maxprint e Compactor. Marca: Maxprint Empresa vencedora: I.A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA LTDA. - EPP	un.	500	1,31

31	Plástico bolha, bobina medindo 1,30 metros de largura x 100m de comprimento. Marca: Safra Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	un.	50	49,00
32	Porta cliques, em acrílico, redondo ou quadrado, com imã na tampa, medindo no mínimo 7 cm de altura, diâmetro aproximado de 4,5 cm. Marca: Waleu Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP	un.	150	5,00
33	Porta lápis, canetas, cliques e lembretes, confeccionado em material acrílico, cor cristal ou fumê. Marcas de referência: Waleu, Acrilex e Acrinil. Marca: Waleu Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP	un.	500	5,70
34	Prancheta confeccionada em chapa de fibra de madeira, com fixador de papel em metal na parte superior, medindo aproximadamente 33 cm x 23,5 cm (admitindo-se 2 cm para mais ou para menos). Marcas de referência: Souza, Tilibra e Marcari. Marca: Souza Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	un.	100	2,70
35	Recados autoadesivos, removíveis, medindo 76mm x 102mm, embalagem contendo 1 bloco, com 100 folhas, cor amarela. Marcas de referência: 3M, Polibras e Adelbrás. Marca: 3M Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	pct.	5.000	2,27
36	Recados autoadesivos, removíveis, medindo, 38mm x 51mm cada, embalagem contendo 4 blocos, 100 folhas por bloco, cor amarela ou pacote com cores variadas. Marcas de referência: 3M, Polibras e Adelbrás. Marca: 3M Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI-EPP	pct.	5.000	2,26
37	Régua confeccionada em material plástico liso transparente, medindo 30 cm, detalhada em centímetros e milímetros. Marcas de referência: Waleu, Molin, Acrimet, Dello e Tilibra. Marca: Waleu Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP	un.	700	0,47
38	Tesoura com ponta, em liga de aço inoxidável, corte afiado, cabo termoplástico de alta resistência, medindo aproximadamente 21cm, Marcas de referência: Adeck, Tramontina e Mundial. Marca: Adeck Empresa vencedora: COMERCIAL K & D LTDA - EPP	un.	500	5,40

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS)

DATA DE ASSINATURA: 19 de dezembro de 2017.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL Nº 0015/2018/02PJ/CBA.**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003731-3.

Representante: Ministério Público Estadual

Representado: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Acompanhar e fiscalizar as medidas empreendidas para reforma, reestruturação, modernização e melhoria da Unidade Regional de Perícia e Identificação URPI de Corumbá, considerando as verbas decorrentes de acordos firmados pelo Ministério Público Estadual e destinadas à esta finalidade.

Corumbá/MS, 03 de outubro de 2018.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

DOURADOS**EDITAL Nº 0051/2018/11PJ/DOS.**

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000026-0.

Requerentes: Ministério Público Estadual e SINTSPREV/MS.

Investigados: Moyses Henrique, Manoel Henrique Neto-MEI (Lava Rápido Marazul e Mecânica) e Sebastião Francisco Pinheiro Saldanha-MEI (Chicão Artesanatos).

Assunto: Apurar a regularização ambiental das atividades de ferro velho, oficina mecânica, lava rápido e artigos de decoração desenvolvidos em imóveis contíguos localizados no Bairro BNH IV Plano em Dourados/MS.

Dourados, 10 de outubro de 2018.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 0052/2018/11PJ/DOS.

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000956-1.

Requerente: Ministério Público Estadual e Valdir de Jesus Pereira.

Investigados: Edson Melgarejo e Município de Dourados/MS.

Assunto: Apurar possível irregularidade urbanística consistente em notícia indicativa de ocupação irregular das áreas destinadas à abertura dos traçados de rua do sistema viário do município e passeio público no bairro Jardim Panambi Vera, em Dourados/MS.

Dourados, 15 de outubro de 2018.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0053/2018/11PJ/DOS.

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000970-6.

Requerente: Anônimo.

Investigado: Posto Audax Ltda -ME.

Assunto: Apurar a regularidade ambiental e urbanística do empreendimento Posto Audaz, notadamente o respeito às normas do Código de Posturas Municipal, Lei de Uso e Ocupação do Solo e Política Municipal do Meio Ambiente

Dourados, 15 de outubro de 2018.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça em substituição legal

TRÊS LAGOAS

EDITAL N. 005/2018/04PJ/TLS.

A 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas/MS torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

IC - Inquérito Civil 06.2018.00002856-9.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Selvíria e Município de Três Lagoas.

Assunto: Apurar eventual responsabilidade dos Municípios de Três Lagoas e Selvíria no acolhimento institucional de pessoas portadoras de deficiência.

Três Lagoas/MS, 10 de outubro de 2018.

ANA CRISTINA CARNEIRO DIAS

Promotora de Justiça

EDITAL N. 006/2018/04PJ/TLS.

A 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas/MS torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

IC - Inquérito Civil 06.2018.00002853-6.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar inobservância dos direitos das crianças portadoras de deficiência nas escolas municipais e centros de educação infantil do município de Três Lagoas.

Três Lagoas/MS, 10 de outubro de 2018.

ANA CRISTINA CARNEIRO DIAS

Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL Nº 005/2018/01PJ/AMB – REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO.

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Amambai - MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002912-4, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4.601, centro, nesta Cidade e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual no endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n.º 06.2018.00002912-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Coronel Sapucaia.

Objeto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa pelo Chefe do Poder Executivo de Coronel Sapucaia/MS em razão de violação a princípios da Administração Pública por contratação de pessoal para ocupar cargo comissionado destinado a serviços não caracterizadores de funções de chefia, direção e assessoramento.

Amambai/MS, 15 de outubro de 2018.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0097/2018/02PJ/AMB.

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo: 09.2018.00000024-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Objeto: Apurar eventual situação de risco do idoso G. C. D. S.

Amambai (MS), 15 de outubro de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

IVINHEMA

EDITAL N.: 0036/2018/02PJ/IVH.

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2018.00000869-5, mediante conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2018.00000869-5, que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590.

Inquérito Civil n. 06.2018.00000869-5.

Requerente: 3º GPMA de Batayporã - Polícia Militar Ambiental -

Requerido: Juliana Ortiz.

Objeto: Apurar eventual supressão a corte Raso de Vegetações nativa sem autorização do órgão ambiental competente.

Ivinhema/MS, 10 de outubro de 2018.

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO

Promotor de Justiça em Substituição Legal

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANGÉLICA

EDITAL N° 23/2018/PJ/AIC.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>

Inquérito Civil nº 06.2018.00002767-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Câmara Municipal de Angélica/MS.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação da empresa para a realização do Concurso Público para Provimento de Cargos da Câmara Municipal de Angélica.

Angélica/MS, 4 de outubro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

DEODÁPOLIS

EDITAL N° 0062/2018/PJ/DPS.

O Promotor de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00002752-6.

Noticiante: Ministério Público Estadual.

Interessado: Nova Roma Loteamento e Incorporadora S/s Ltda.

Assunto: apurar a existência de Loteamento ilegal denominado "Amora Branca", neste município de Deodápolis.

Deodápolis/MS, 11 de outubro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0063/2018/PJ/DPS.

O Promotor de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00002753-7.

Noticiante: Ministério Público Estadual.

Interessado: O Município de Deodápolis/MS.

Assunto: apurar eventuais irregularidades apontadas na Manifestação nº 11.2018.00001895-9, pertinentes a definição da escala de plantão de enfermeiros e técnicos de enfermagem do Hospital Municipal Cristo Rei, no Município de Deodápolis/MS.

Deodápolis/MS, 12 de outubro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0065/2018/PJ/DPS.

O Promotor de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00002754-8.

Noticiante: Ministério Público Estadual.

Interessado: Município de Deodápolis.

Assunto: Apurar como se dá a comercialização e o uso de morfina pela Rede Municipal de Saúde do Município de Deodápolis/MS.

Deodápolis/MS, 12 de outubro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0066/2018/PJ/DPS.

O Promotor de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00002755-9.

Noticiante: Ministério Público Estadual.

Interessado: Município de Deodápolis.

Assunto: Apurar eventual omissão do Município de Deodápolis/MS na prestação de serviço público de saúde para crianças e adolescentes consistente na falta de fornecimento de tratamento com psicológico/clínico.

Deodápolis/MS, 12 de outubro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0067/2018/PJ/DPS.

O Promotor de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00002891-4.

Noticiante: Anônimo, Ministério Público Estadual.

Interessado: Câmara Municipal de Vereadores de Deodápolis.

Assunto: apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, pelo Presidente da Câmara Municipal de Deodápolis/MS e pelo servidor Antonio Ferreira de Carvalho, consistente no pagamento e recebimento de gratificações irregulares a este último.

Deodápolis/MS, 12 de outubro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0068/2018/PJ/DPS.

O Promotor de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00002893-6.

Noticiante: Ministério Público Estadual.

Interessado: Município de Deodápolis.

Assunto: Apurar eventual omissão, por parte da Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS, quanto a fiscalização relativa as posturas municipais e a respectiva arrecadação.

Deodápolis/MS, 12 de outubro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

NIOAQUE

AUTOS Nº 09.2017.00003848-5**RECOMENDAÇÃO Nº 003/2018**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça de Nioaque/MS, no exercício das atribuições conferidas pelos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República, pelo artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93), pelo artigo 29, incisos III e IV, da Lei Complementar Estadual nº 072/94, bem como pelos artigos 44 e 45 da Resolução nº 015/2007-PGJ, que conferem ao Órgão Ministerial a função de "*zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes*";

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoar a sistemática de atendimento a crianças e adolescentes acusados da prática de ato infracional, de modo a permitir a rápida e eficiente apuração dos fatos, com a subsequente responsabilização dos agentes e tomada das medidas de proteção e socioeducativas cabíveis;

CONSIDERANDO que é imperiosa a necessidade de se incrementar o diálogo entre a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Conselho Tutelar, pois não são incomuns as situações que geram conflitos entre Delegados de Polícia e Conselheiros Tutelares. Sabe-se que tal situação ocorre quando um adolescente é apreendido em flagrante e, após a lavratura do auto de apreensão, não é possível a entrega dos adolescentes aos pais ou responsáveis, porque estes não foram encontrados. Pela experiência na atividade ministerial, tem-se observado que, em regra, as autoridades policiais entendem que, após esta fase, cessaram as atribuições relativas ao adolescente e, que, por tal motivo, eles estariam em situação de risco e acionam o Conselho Tutelar. Os Conselheiros Tutelares, por sua vez, alegam que não devem atender os adolescentes, pois não são órgãos executores, conforme reiterados casos ocorridos na região da comarca;

CONSIDERANDO que, em boa parte dos municípios, notadamente em Nioaque, o Conselho Tutelar tem sido acionado de forma sistemática quando da apreensão de adolescentes pela autoridade policial, a pretexto da *não localização* dos pais/responsáveis ou da *recusa* do adolescente em fornecer seu endereço residencial, acabando por agir como verdadeiro *substituto* dos pais ou responsável ou *serviço de entrega em domicílio* de adolescentes apreendidos em flagrante e liberados;

CONSIDERANDO que, por força do disposto no art. 144, inciso IV c/c § 4º, da Constituição Federal, a apuração das infrações penais de qualquer natureza, estando aí compreendidos os atos infracionais atribuídos a crianças e adolescentes, é de responsabilidade da Polícia Judiciária, sem prejuízo da possibilidade de instauração, pelo Ministério Público, de procedimento próprio, destinado à coleta dos elementos necessários ao desempenho de suas atribuições;

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar não é órgão de segurança pública (art. 144 da Constituição Federal, a "*contrario sensu*"), não lhe cabendo a manutenção da ordem pública e/ou a investigação da efetiva ocorrência de atos

infracionais atribuídos a crianças e adolescentes, mas tão somente a aferição da presença de alguma das hipóteses previstas no artigo 98 da Lei nº 8.069/90, com o objetivo da aplicação das medidas de proteção e destinados aos pais ou responsáveis que estão a seu cargo (art. 136, inciso I e II c/c arts. 101 e 129, da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.069/90, em momento algum, prevê a intervenção do Conselho Tutelar no procedimento para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, sendo certo que, na forma do disposto no art. 107 do ECA, a apreensão do adolescente e o local em que o mesmo se encontra recolhido devem ser comunidades *incontinenti* à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou, em sendo esta comunicação comprovadamente impossível, à pessoa por ele indicada;

CONSIDERANDO que a comunicação da apreensão do adolescente à sua família é tarefa que incumbe à autoridade policial, que deverá diligenciar no sentido da localização dos pais ou responsável, bem como zelar para que estes compareçam à Delegacia de Polícia e estejam presentes, salvo comprovada impossibilidade, quando da lavratura do auto de apreensão em flagrante ou boletim de ocorrência circunstanciado, inclusive para que, não sendo caso de internação provisória, o adolescente apreendido lhes seja desde logo entregue, mediante termo de compromisso de apresentação ao Ministério Público, nos moldes preconizados no art. 174, primeira parte, da Lei nº 8.069/90;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer uma salutar articulação entre a autoridade policial e o órgão municipal responsável pela execução da política de atendimento à criança e ao adolescente, ou outro responsável pela execução dos programas de acolhimento institucional/familiar, de modo que, quando os pais ou responsável pelo adolescente não fossem localizados, ou este se recusar a declinar seu paradeiro (o que, a rigor, somente ocorre de forma esporádica), o mesmo seria encaminhado pelo Delegado de Polícia DIRETAMENTE ao programa/serviço correspondente, sem necessidade de acionamento do Conselho Tutelar, o que ocorreria apenas num momento posterior, em qualquer caso no qual a autoridade policial vislumbrasse indícios da presença de alguma das situações previstas no art. 98 do ECA;

CONSIDERANDO que, na forma do disposto no art. 93, do ECA, "*as entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade*", sendo também certo que o acionamento de serviços públicos (como de localização de pais ou responsável, tal qual previsto no art. 87, inciso IV, do ECA), assim como o encaminhamento a programas de atendimento pode ocorrer de forma "espontânea", em qualquer caso sem a necessidade de intervenção do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que a falta de imediata comunicação da apreensão de adolescente à sua família ou, na falta desta, a pessoa por ele indicada, bem como a inobservância das formalidades legais quando da apreensão de criança ou adolescente importa, em tese, na prática dos crimes tipificados nos arts. 230 e 231, da Lei nº 8.069/90;

CONSIDERANDO que crianças e adolescentes, mesmo quando acusados da prática de ato infracional, são destinatárias de proteção integral por parte do Estado (cf. Art. 1º da Lei nº 8.069/90, que orienta a interpretação e aplicação de todo e qualquer dispositivo estatutário), tendo direito à inviolabilidade de sua integridade física, moral e psíquica, devendo ser tratados com respeito e dignidade, bem como colocados a salvo de qualquer tratamento violento, vexatório ou constrangedor (cf. Arts. 5º, 17, 18 e 53, inciso II, todos da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que não raras as vezes, especialmente quando da realização de audiência de custódia/apresentação, o adolescente é colocado em liberdade e, uma vez constatada a ausência dos pais e/ou responsável, ou quando não possui qualquer recurso para viabilizar o seu retorno a cidade de origem, é de praxe que o mesmo seja encaminhado ao Conselho Tutelar. Este órgão, por sua vez, deve providenciar o imediato retorno do menor à sua residência, sendo defeso a permanência do mesmo nas dependências da Delegacia de Polícia, de sorte que deve proceder aos atos necessários para que seja colocado sob a proteção dos pais/responsáveis.

A esse respeito, vale dizer, é corriqueira a constatação em que o adolescente apreendido vem acompanhado somente pelo Conselho Tutelar, tendo em conta a ausência dos pais/responsáveis. Desta feita, sendo colocado em liberdade, gera a incumbência ao órgão protetivo de adoção de medidas no sentido de providenciar o imediato retorno do infrator ao lar, muitas vezes em outras cidades, até mesmo em outros Estados da Federação, conforme expediente encaminhado pelo órgão a este *Parquet*.

Por este panorama, mister se faz o deslocamento do membro integrante do Conselho até outra(s) localidade(s) – das mais próximas até as mais longínquas – com a aquisição de passagens de ônibus ou mesmo mediante o acompanhamento em viagens utilizando-se de veículo oficial. Para tanto, necessita-se do dispêndio de verba pecuniária que, muitas vezes, não são disponibilizadas pelos pais e/ou responsáveis, surgindo a necessidade de se acionar a municipalidade.

Já em outros casos, mesmo que se efetive a compra da passagem ou diante de qualquer outra impossibilidade, é necessário viabilizar a pernoite do adolescente liberado na cidade em que fora apreendido e liberado. No caso de Nioaque/MS, como não há estabelecimento específico para este fim ou algo que o valha, e não se revela recomendável o encaminhamento para o acolhimento institucional por razões óbvias, decorrem duas questões a serem resolvidas, a saber.

A primeira delas seria a de realizar a movimentação da verba necessária para promover a viagem de retorno dos adolescentes e custos decorrentes (alimentação, higiene básica, etc), ao passo que a segunda questão consiste na inexistência de local apropriado para que se encaminhe o adolescente para pernoite, em caso de necessidade.

Sucedendo que, por vezes, se verifica a precariedade em que o Conselho Tutelar realiza as transações bancárias. Isso se dá porque, quando das raras vezes em que os pais/responsáveis realizam os depósitos das passagens, não há uma conta específica para este desiderato, se tornando imprescindível que os conselheiros repassem os próprios particulares para atender a este fim e então proceder à aquisição de passagens ou quaisquer outros gastos para atender o fim de proteção integral.

Outro fator que reclama medidas imediatas é alusiva à ausência de local próprio para encaminhamento do adolescente quando da necessidade de pernoite, haja vista a impossibilidade de encaminhamento ao acolhimento institucional local e a dificuldade em deixá-los em hotéis da cidade;

CONSIDERANDO que não basta apenas a lei prever prioridade dos direitos da criança e do adolescente, sendo necessário a efetivação desses direitos, de maneira que a todo momento devem ser consideradas e implementadas políticas públicas que priorizem a criança e o adolescente, face à problemática que vier a ser apresentada;

CONSIDERANDO a deflagração do Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003848-5, visando a *"acompanhar a adequada prestação do serviços públicos na área da Infância e Juventude, consistente no acolhimento e entrega dos adolescentes em seus domicílios de origem, quando localizados em outro município"*;

CONSIDERANDO, por fim, que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos atinentes à infância e juventude, conforme arts. 127 e 129, inciso II, da Constituição Federal e arts. 201, incisos V e VIII, e 210, inciso I, da Lei nº 8.069/90, o que compreende a expedição de recomendações administrativas destinadas à melhoria dos serviços públicos destinados ao atendimento de crianças e adolescentes;

RESOLVE RECOMENDAR:

- À Polícia Civil de Nioaque/MS:

1.A – Que quando da apreensão em flagrante ou do recebimento de notícia de infração penal atribuída à criança ou adolescente, seja instaurado, de imediato, procedimento investigatório próprio, devendo ser providenciada sua identificação através de uma tarja contendo os dizeres "Prioridade Absoluta - Criança/Adolescente";

1.B – Que a apreensão de criança e/ou adolescente acusados da prática infracional seja comunicada *incontinenti* à autoridade judiciária e à família do apreendido ou, em havendo comprovada impossibilidade desta, à pessoa (adulta) por eles indicada (cf. Art. 107 c/c art. 231, da Lei nº 8.069/90);

1.C – Que, se necessário, sejam realizadas diligências no sentido da localização e comunicação da apreensão da criança e/ou adolescente à seus pais ou responsável, para fins de posterior entrega, mediante termo de responsabilidade lavrado pela autoridade policial (art. 174, primeira parte, da Lei nº 8.069/90), sem prejuízo de acionar o apoio do Conselho Tutelar local, *em sendo necessário*;

1.D – Em se tratando de adolescente, os pais ou responsável (ou na falta destes, a pessoa por aquele indicada), salvo comprovada impossibilidade, deverão acompanhar a lavratura do auto de apreensão em flagrante ou boletim de

ocorrência circunstanciado e, não sendo caso de internação provisória, o adolescente deverá ser a eles desde logo entregue, mediante termo de compromisso de apresentação ao Ministério Público, conforme previsto no art. 174, primeira parte, da Lei nº 8.069/90;

1.E – Em sendo o adolescente oriundo de outra cidade/Estado da Federação, e os pais/responsáveis com que tiver entrado em contato declararem não ser possível o deslocamento para audiência de custódia/apresentação, deverão ser instados para que realizem a transferência do valor pecuniário em conta do Município a ser indicada para que viabilize a aquisição da passagem de viagem de ônibus, bem como arque com os gastos de alimentação do adolescente;

1.F – Caso não sejam encontrados familiares da criança/adolescente, ou estes se recusem a acompanhá-lo e/ou não realizem a transferência pecuniária solicitada no prazo indicado, tal fato deve ser descrito no respectivo Boletim de Ocorrência e/ou Ato de Apuração de Ato Infracional, inclusive com o endereço de telefone dos familiares, caso sejam localizados ou tais dados sejam fornecidos pelo adolescente, cientificando o Ministério Público;

1.G – Apenas na hipótese de não serem localizados os pais ou responsável ou outra pessoa adulta capaz de acompanhar a criança ou adolescente apreendido na audiência de custódia/apresentação, deverá ser o Conselho Tutelar acionado, para que acompanhe a oitiva. Nesse caso, atendendo ao disposto no art. 107 da Lei nº 8.069/90, deverá a autoridade policial fundamentar, via relatório ou certidão, quais foram as diligências empreendidas que resultaram inexitas, de modo a legitimar o acionamento do Conselho Tutelar, sem prejuízo da possibilidade de a autoridade policial proceder ao acolhimento institucional do autuado, conforme autorização do art. 93, *caput*, do ECA, se necessário;

1.H – Após as formalidades legais, em não sendo o adolescente liberado pela autoridade, deverá encaminhá-lo, nos moldes do Provimento nº 352 do TJMS, à presença do juízo competente para realização da audiência de custódia, de modo a adotar as providências para que sejam acionados os pais/responsáveis ou Conselho Tutelar, se for o caso;

1.I – Em não sendo decretada a internação provisória, com colocação do menor em liberdade, deverá a autoridade policial formalizar a liberação e entregá-lo aos cuidados dos pais/responsáveis e, na ausência, pelo Conselho Tutelar, para adotar as medidas cabíveis;

2. Ao Conselho Tutelar:

2.A – Quando acionado pela Polícia Civil, deverá dar apoio no sentido de empreender diligências para localizar os pais do menor para os fins acima declinados;

2.B – Em sendo acionado, eis que constatada a ausência dos pais, aliada à situação de se tratar de adolescente residente em outra localidade, deverá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social, para que adiante as providências a serem adotadas para viabilizar o retorno do adolescente apreendido ao lar de origem;

2.C – Que sejam articuladas ações junto aos demais órgãos da rede de proteção, para que, nos casos de atos infracionais atribuídos a *crianças*, ou quando a acusação recair sobre adolescentes que possa estar em *situação de risco*, na forma do disposto no art. 98, da Lei nº 8.069/90, o órgão adote medidas para que o menor e suas respectivas famílias recebam, também com a presteza devida, as medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável que se fizerem necessárias;

2.D – Deverá, necessariamente, acompanhar o menor apreendido na audiência de custódia, nos casos em que não for possível a presença física dos pais/responsáveis;

2.E – Deverá solicitar ao Poder Executivo para que promova a abertura de conta específica para recebimento de valores eventualmente transferidos, para atender os fins declinados nesta recomendação (aquisição de passagens de ônibus, alimentação, hospedagem, etc), fazendo as anotações necessárias, devidamente justificadas e efetuado o controle desses gastos, apresentando ao Ministério Público sempre que requisitado;

2.F – Deverá zelar para que, em hipótese alguma, ocorra a liberação de adolescente praticante de ato infracional sem a presença da família, ou, na sua falta, de terceiro pelo adolescente indicado. Somente de forma subsidiária o órgão protetivo deverá adotar as medidas necessárias para o retorno do adolescente liberado ao lar de origem, sob pena de responsabilidade;

2.G – Deverá apresentar, ao Poder Público e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), alternativas para a implantação de políticas públicas voltadas à resolução da problemática atinente à ausência de local próprio para a pernoite do adolescente que vier a ser liberado pelo juízo e não ser possível o retorno imediato ao domicílio de origem;

3. Ao Município de Nioaque/MS:

3.A – Que efetive as políticas públicas necessárias para promover o adequado atendimento do adolescente apreendido pela prática de ato infracional, em conformidade ao que for detectado e posteriormente solicitado pelo Conselho Tutelar;

3.B – Que providencie a imediata abertura de conta bancária específica para assegurar à Polícia Civil/Conselho Tutelar/Assistência Social a movimentação de valores a serem transferidos pelos pais dos adolescentes apreendidos. Ressalte-se que, assim agindo, concretizará uma etapa necessária para que sejam assegurados os direitos previstos no estatuto menorista, e, além do mais, terá o condão de evitar que agentes públicos se utilizem de contas particulares para atingir fins funcionais;

3.C – Que o Município informe sobre viabilidade de construção de uma CASA DE PASSAGEM, que consiste em uma dependência própria para a acomodação de adolescentes infratores que eventualmente necessitem passar o dia ou pernoite no município até o deslocamento para a cidade de origem.

Alerta-se, por fim, que o não cumprimento das recomendações acima referidas poderá importar na tomada das medidas administrativa e judiciais cabíveis.

Cientifique-se os destinatários (Delegado de Polícia Civil da comarca, Senhor Prefeito de Nioaque e Coordenador do Conselho Tutelar) desta Recomendação, os quais deverão ser notificados para informarem a este órgão ministerial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, o atendimento ou não da presente recomendação.

Outrossim, para fins elucidativos, encaminhe-se cópias da presente recomendação à Secretaria de Assistência Social, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e ao Adolescente, ao Comandante da Polícia Militar e, ainda, ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude.

Nioaque/MS, 23 de agosto de 2018.

MARIANA SLEIMAN
Promotoria de Justiça